

Ata da Decima Reunião Ordinária
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e
Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –
FUNDEB Gestão 2021/2022

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no auditório da Sede da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, situada na Rua Guanabara, 3603 – Extensão do Bosque, reuniram-se de forma híbrida, presencial os Conselheiros :**Francisca das Chagas Alves Macedo Corazza** (Titular) **João Alberto Almeida da Cruz** (Titular) e **Walmira Guimarães Araujo Azeredo** (Suplente) Representantes do Poder Executivo - **Juliana Louvain de Oliveira** (Titular) Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas, **Denilce Martins da Silva** (Suplente), Representante das Escolas do Campo, **Rosilene Pantoja da Silva** (Titular) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública , **Celso Ricardo Fernandes Tavares** (Titular) Representante do Conselho Municipal de Educação – CME e por meio de videoconferência, seguindo o protocolo de biossegurança para evitar a propagação da Covid -19, os conselheiros: Presidente **Giovanna Miguel Abreu** Representante dos Professores da Educação Básica Pública, **Silvânia Azevedo da Silva** (Titular) e **Júlio César Carmo Leitão** (Titular) Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública, e **Elizangela dos Santos Meireles Lopes** (Suplente)Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas, **Ruana Soares Ribeiro** (Titular) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas e **Elisaldo Correa dos Santos** (Titular) Representante do Conselho Tutelar de Rio das Ostras. A Presidente iniciou a reunião agradecendo a todos e pedindo a conselheira Francisca para efetuar a chamada; em seguida iniciou a fala sobre a necessidade de uma emenda do regimento Interno para se adequar a Emenda à Lei orgânica nº 050/2022; a conselheira Francisca também esclareceu que nem tudo pode ser online, por exemplo a Prestação de Contas(foi feito uma consulta ao FNDE e o mesmo respondeu que não, pois os conselheiros precisam analisar esses documentos), assim os conselheiros decidiram para a próxima reunião- as emendas ao regimento interno sobre abertura das reuniões ao público e licença dos conselheiros. O conselheiro Celso falou sobre o exemplo de boas práticas de transparência e apresentou o Portal da Transparência da Prefeitura com publicações de alguns Conselhos, a presidente disse que já havia enviado três ofícios pedindo para colocar as atas do CACS no Portal da Transparência e não obtivemos resposta. A conselheira Francisca explicou que Portal da Educação é novo e que a SEMEDE está se organizando para que os conselhos façam uso. A presidente falou sobre a ata de 2021 sugerindo adequações na mesma de acordo com a gravação. A conselheira Walmira pediu a palavra e disse que para alterar a ata teria que abrir uma votação com 50% mais 1 do colegiado, foi sugerido pela conselheira Juliana ouvir primeiro a gravação e então se houver a necessidade de alteração abrisse uma votação, a presidente concordou. A conselheira Denilce alertou para se dar continuidade a pauta que é bem extensa e também sobre a votação para vice-presidente já que o Conselho não pode ficar sem e concordou em ouvir a gravação e analisar o que pode ser feito. Em seguida voltou o assunto da reunião aberta, a presidente pediu para na próxima reunião colocar o link no edital de convocação. A conselheira Francisca questionou se colocar mesmo sem alterar o regimento, a presidente disse que temos que seguir a lei, o Conselheiro Júlio disse é importante colocar para todos que a Lei Orgânica sobrepõe as outras leis do município. A conselheira Ruana disse que a alteração nem é tão grande assim só vai acrescentar um parágrafo de acordo com a EMENDA.

Em seguida a presidente falou sobre o SIOPE, que não está disponível o 6º Bimestre e que tem quer analisar a documentação do Ministério Público. A presidente sugeriu uma extraordinária para analisar essa documentação para poder liberar o SIOPE, a conselheira Francisca pediu uma votação, pois a documentação não interfere em liberar o SIOPE, o documento já foi esclarecido pelo servidor Tavares e o próprio ministério da educação publicou uma emenda constitucional em que as informações do SIOPE de 2020 e 2021 não são passíveis de punição. A conselheira Ruana mencionou que uma coisa é o município não ser passível de punição outra coisa são as pessoas. A conselheira Francisca esclareceu que o Conselho está travando isso há muito tempo, que as informações do SIOPE são apenas uma questão burocrática, uma vez que quem analisa as contas é o Tribunal de Contas e este já analisou e aprovou, portanto deve-se liberar a SEMEDE para fazer essa correção. Em seguida propôs votação para que Conselho autorize a Presidente aprovar cada bimestre alterado no SIOPE, sem a análise prévia do Conselho, para que o sistema seja liberado e se atualize os anos de 2020 e 2021. Assim ficou acordado que tão logo a SEMEDE faça a correção de cada bimestre a Presidente entra no sistema e aprova. Foi acordado também que a Secretária Walmira vai enviar a documentação das alterações do SIOPE para todos os conselheiros. A presidente perguntou sobre os balancetes, a Conselheira Francisca disse que não chegou no tempo estipulado pelo Conselho e neste caso as orientações do FNDE são que se solicite a presença do Secretário ou comunicar ao prefeito que não estamos recebendo essa documentação. A Presidente afirmou que iria solicitar a presença do Secretário de Fazenda. Voltando a pauta: O Piso Nacional – A presidente falou do convite para comparecer a uma reunião na Câmara, como ela não está em Rio das Ostras questionou quem poderia ir representar o Conselho. O colegiado propôs que fosse a conselheira Ruana e mesma aceitou. A presidente perguntou se tinha alguma resposta do executivo sobre o PCCV e Piso do Magistério. A conselheira Francisca informou que o Conselho recebeu ofício da SEMEDE com as informações solicitadas sobre o salário base do Magistério e considerando o aumento 10,69% proposto para junho o salário base de Rio das Ostras fica maior que o piso Nacional Foi apresentado em tela uma planilha com esses dados. A presidente acrescentou que como o FUNDEB esse ano aumentou 37% e a tendência é aumentar ainda mais, a SEMEDE reveja o PCCV dos funcionários que já está engavetado a muito tempo, o conselho já cobrou e não tivemos retorno, precisa continuar cobrando, pois, uma das prioridades do FUNDEB é a valorização dos servidores. O conselheiro Celso falou que o PCCV foi instituído em dois mil e onze, tentaram fazer uma atualização em dois mil e quatorze, só em dois mil e dezessete foi formado uma comissão, mas logo veio a mudança de governo conseguimos continuar com a comissão e foi protocolado em setembro de dois mil e dezenove e daí para cá esse PCCV está com o secretário de Educação. Tem questões que não são de impacto financeiro e eu falei muito disso com o secretário o que não for de impacto financeiro libera. Existe um grande problema do PCCV que é quando a gente ganha a progressão, os outros funcionários da prefeitura a progressão são automáticos aqui não. A presidente pediu para marcar uma extraordinária para a próxima semana para analisar os documentos do MP, a conselheira Francisca disse que independente na análise dos documentos precisamos liberar o sistema e todos concordaram. A extraordinária ficou marcada para o dia 20/05/22 as 14h. A presidente falou sobre o censo, fazer um ofício para a fiscalização e conselheira Francisca sugeriu fazer um ofício para a SEMEDE pedindo para o conselho participar da reunião de treinamento que a SEMEDE dá sobre o censo, aí as pessoas que estão na comissão participariam. A conselheira Francisca falou sobre a grade que tem três estudantes que não tem comparecido e que a SEMEDE só pode mandar outro se o conselho sinalizar que esse pessoal não está comparecendo as reuniões para serem substituídos. A conselheira Silvânia Representante Suplente de Pais de Alunos da Rede Básica posicionou-se interessada em assumir a titularidade desta representatividade assim o Conselho irá comunicar a SEMEDE a falta de Suplente na Representatividade de Pais de alunos. A presidente pediu para fazer a eleição de vice, se todos concordassem, já que tinha quórum, e com a concordância de todos foi feita a Eleição, conforme ata específica. A conselheira Francisca falou sobre o PNATE que já estamos em maio e não vimos as contas nem uma vez, a presidente falou que vai ser na

extraordinária na próxima semana. A Presidente disse que então na extraordinária além dos documentos do MP também vamos analisar o PNATE e mais alguns documentos se houver. A Ruana perguntou sobre o PAR que também está em pauta, a conselheira Francisca disse que o sistema do PAR não está disponível para inserção do PARECER da Prestação de Contas do PAR-Mobiliário e PAR -Veículos e apresentou uma listagem com a distribuição da locação do mobiliário por escola. A conselheira Ruana sugeriu fazer as visitas para vistoriar o mobiliário. A Presidente perguntou em relação as creches que também estão no PAR, como podemos fazer para fiscalizar isso? A conselheira Francisca disse que as creches é um desdobramento do PAR -PAC e nunca a legislação deixou claro como o CACS FUNDEB deveria fiscalizar o PAC. Então temos essa dúvida podemos fazer uma consulta ao FNDE. O conselheiro Júlio Cesar disse que realmente a resolução não fala sobre o PAC e que vale a pena fazer uma consulta ao FNDE. A Presidente disse está preocupada com a Lei de responsabilidade fiscal e precisamos do somatório dos comissionados da SEMEDE e quem está cedido para outras secretarias, precisamos está de olho. Podemos mandar um ofício sobre isso. A conselheira Francisca falou que não é atribuição do CACS FUNDEB acompanhar a adequação a responsabilidade fiscal. A Presidente responde que desde o momento que os salários são pagos com FUNDEB e que está ultrapassando a lei da responsabilidade fiscal é responsabilidade nossa, sim. Temos que saber quem está sendo pago com o FUNDEB e se tem direito, se tem direito está tudo certo não tem problema nenhum. A conselheira Francisca fala que O Conselho tem que ver o percentual de aplicação 70%, em nenhum momento a legislação fala sobre comissionado não ser pago, aliás fala que podem ser pagos efetivos, cedidos, comissionados. A presidente fala que precisa dessa relação dos comissionados e os que estão cedidos ou não, e concluiu a fala dizendo que necessita por escrito o motivo pelo qual não pode ter a informação. A Conselheira Francisca afirmou que a folha está disponível sendo encaminhada mensalmente. O Conselheiro Celso relatou que não foi pago abono aos servidores com cargo de serviços gerais lotados há muitos anos nas escolas devido a estes cargos não serem da Educação e no entanto o Abono foi concedido aos Comissionados recém contratados. A conselheira Francisca falou que o conselho pode encaminhar, não só para a SEMEDE, mas também para a administração, sugestão para que se estude a adequação da folha da Educação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h e 50min, a Ata foi lavrada por mim, Secretária Executiva Walmira Guimaraes A Azeredo, e após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Rio das Ostras, 12 de maio de 2022.



Giovanna Miguel Abreu – Conselheira

Silvânia Azevedo da Silva – Conselheira

Francisca das Chagas Alves Macedo Corazza – Conselheira

Walmira Guimarães Araújo Azeredo – Conselheira

Juliana Louvain de Oliveira - Conselheiro

Denilce Martins da Silva – Conselheira

Rosilene Pantoja da Silva – Conselheira

Ruana Soares Ribeiro – Conselheira

Elisaldo Correa dos Santos - Conselheiro

Rosilene Pantoja da Silva - Conselheira

João Alberto Almeida da Cruz

Júlio César Carmo Leitão

Celso Ricardo Fernandes Tavares